

KAMEL, Ali. *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. 143p.

A nação que sempre se orgulhou de sua miscigenação não merece isto. (Kamel, 2006, p. 40)

Escrito pelo diretor de jornalismo da Rede Globo, cientista social de formação, *Não somos racistas* a rigor não é uma obra acadêmica, mas desperta interesse exatamente em razão do caráter de divulgação da edição (editora *major*, título provocador, redação e argumentação direta, entre outros aspectos) e polêmica assumida

a respeito de um tema cujo debate segue fundamental para educadores e para o próprio país. Alcance maior que pode ser medido pela assinatura do prefácio feito por Yvonne Maggie, socióloga envolvida no debate (acirrado) sobre os destinos das políticas identitárias.

A frase destacada para começar esta resenha localiza o ponto de vista principal do autor e situa também a dificuldade que enfrentará, ao longo do livro, de sustentar a tese pretendida: o racismo não constitui um traço marcante do país, uma vez que inexistem barreiras institucionalizadas para a progressão do negro na sociedade brasileira. Hipótese com a qual busca discordar da adoção de cotas para ingresso na universidade e propor, sobretudo, investimentos em educação como o melhor caminho para cobrir as defasagens econômicas e enfrentar o preconceito preferencialmente dirigido ao pobre, mas não exclusivamente ao negro. Para Ali Kamel, a miscigenação, como um patrimônio estimável, é uma constante da sociedade brasileira e a proposta de reservas de vagas a partir de critérios raciais não é coerente com essa nossa história e impõe o risco de vermos o país dividido entre brancos e negros e, aí sim, vermos nascer o ódio racial.

O livro reúne textos produzidos a partir de artigos que publicou no jornal *O Globo* desde 2003, tomando parte nas discussões sobre os programas governamentais para discriminação racial e reparação social. Como se sabe, essa discussão que mobilizou – e ainda mobiliza – o Congresso Nacional, as universidades, intelectuais diversos (professores, militantes e artistas) e até a opinião pública, de forma mais geral, ganhou maior vulto quando foram produzidos manifestos favoráveis e contrários à adoção de cotas raciais nas universidades públicas e a aceitação do Estatuto da Igual-

dade Racial, projeto de lei do deputado petista Paulo Paim, em 2006. Portanto, o livro deve ser situado no âmbito dessas discussões e mais bem avaliado diante da sua ambição política e teórica ante o problema que abraça: a forma apropriada de tratar a situação sofrida em que vive grande parte dos negros no Brasil e a ação do Estado com o propósito do reconhecimento das diferenças.

A abordagem de Ali Kamel debruça-se particularmente sobre as análises estatísticas para demonstrar, em primeiro lugar, que há, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, uma utilização tendenciosa dos números gerados nas pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para provar uma suposta marginalização racista dos negros no país, cuja recuperação seria feita com as cotas raciais. Sua crítica acusa especialmente o considerado artifício de classificar como negros, na verdade, não apenas os negros, mas também os pardos. Procedimento que serve não apenas para superestimar o número de negros e negros pobres, mas que se presta também à descaracterização do país, representando-o como bicolor, quando seria, de fato, uma nação mestiça, misturada entre os componentes da sua população. Uma simulação da população por meio de números que maneja dados falseando a demonstrável convivência entre brancos e negros, inexistente nos países nos quais efetivamente há o racismo como uma característica marcante da sociedade.

Ali Kamel não rejeita o fato da existência do racismo no país, mas recusa a dimensão que lhe é atribuída, observando que existe muito mais o preconceito dirigido preferencialmente ao pobre (que chama de “classismo”), que se agrava com a concentração de renda. Portanto, o caminho que preconiza não é o das ini-

ciativas que beneficiam os negros para ingressar na universidade, entre outros programas formulados, como reserva de vagas nas empresas, por exemplo. Para o autor, a saída dessa situação, em que os negros são desfavorecidos (assim como os brancos e pardos pobres, considera), está no desenvolvimento do país (geração de empregos) e para isso, como condição, em investimentos consideráveis em educação. É na educação pública e de qualidade que residiriam as vantagens merecidas por toda a população, independente da cor, e os negros poderiam beneficiar-se pelas conquistas possíveis, se iguados nas condições primárias para o desenvolvimento pessoal.

O autor propõe o debate de alguns temas que não podem mesmo ser evitados diante do preconceito em relação ao negro (homem e mulher) na sociedade brasileira e da criação de políticas públicas relacionadas ao seu enfrentamento. Interroga a propriedade do próprio conceito de raça como diferença, que vê como não-científico, apoiando-se nos estudos do geneticista Sérgio Pena. Questiona também a construção de identidades finalizadas na cor, destacando como podem ser fixadas por meio de dados numéricos e interesse político. São questões incontornáveis diante de qualquer debate conseqüente sobre o assunto. No entanto, Ali Kamel é preso na mesma teia de problemas que critica. Recorre a uma e outra referência das ciências sociais para iluminar a questão que examina, mas a argumentação intensiva baseada em dados estatísticos que faz uso para refutar as interpretações correntes das pesquisas produz uma reflexão qualitativa que pouco caminha diante de uma questão que exige também outras metodologias para o estudo e superação da sua realidade opressora.

Ao lado de uma saudável crítica

aos investimentos feitos na educação pública, acredita que mais e melhor educação dirigida a todos criará as condições de resolução satisfatória do preconceito, já que as oportunidades vividas serão as melhores para o emprego e renda de cada indivíduo, do negro ou não, hoje constrangida pela desigualdade social. Portanto, pensando na eventual conquista realizada pelo mérito, imaginando uma igualdade de condições proporcionadas pela educação, Ali Kamel não problematiza a questão do racismo diante da própria estrutura da sociedade. Não admite que o sistema escolar, de qualquer país, contém assimetrias, como parte da reprodução das desigualdades geradas pela divisão do trabalho. No seu constructo democrático-burguês, portanto, não interroga como o racismo, ao lado de outras formas de desintegração social, ao segmentar os habitantes de um país, se presta a uma divisão da população oportuna para manter sua rede de desigualdade econômica e social, ideologicamente justificada e pretendida de forma perene.

Um equívoco comprometedor na análise do autor é associar ao racismo principalmente uma ação odiosa, posição que conduz, ao longo do texto, a afirmar que isso, definitivamente, não está presente na nossa sociedade. No entanto, se admitirmos que faz parte da violência sistemática do racismo sua disseminação no cotidiano de uma sociedade, integrada a diferentes modalidades de exclusão e marginalização, independente de ser acompanhado de um caráter mais irado ou explosivo, é insofismável que não apenas os negros, mas também populações regionais, são vítimas constantes dessa opressão. Ali Kamel tenta demonstrar que o nosso preconceito é dirigido indistintamente ao pobre, mas trabalha com um plano de análise que ignora exatamente o espaço comum e ordinário da vida, onde toda emoção é

produzida. É no cotidiano das escolas, no emprego, na família ou nos espaços públicos que o racismo pode ser devidamente registrado e, infelizmente, confirmado como fato corriqueiro no país – mas que o autor refuta simplesmente afirmando que são “se não a exceção, manifestações minoritárias em nosso modo de viver” (p. 22).

Ali Kamel ainda comete outra séria falta na sua análise quando esboça uma explicação para as propostas de adoção de políticas de preferência racial hoje. Em primeiro lugar, lembra o jovem Fernando Henrique Cardoso, sociólogo que nos anos de 1950 já defendia, nos estudos que realizava, a existência de uma opressão dos brancos sobre os negros. Como presidente, fez com que essa questão aparecesse politicamente entre as ações governamentais. Situa também o atravessamento das Nações Unidas, agora vivamente envolvida na promoção de nações multiétnicas como reação às intolerâncias raciais. Ali Kamel observa também que a desigualdade social, que faz dos negros e pardos maioria entre os pobres, favorece o argumento de que este é uma país racista, ainda que exista um grande contingente de brancos também pobres. Como última explicação, diz que existe um gosto por soluções fáceis e soluções mágicas no país. Sem entrar no mérito das suas explicações, é notável que tenha deixado de considerar a própria autonomia do movimento negro, do ativismo contra o racismo, que conflita o Estado com suas demandas, influenciando na criação das políticas públicas. É também uma ausência considerável não analisar o próprio tecido da globalização atual. As tecnologias da comunicação (multimídia e de acesso relativamente popular), mediante a intensidade da experiência da diferença, aquecem as visões do multiculturalismo. Existem agora novos ou revigorados elementos que compe-

lem a uma orientadora percepção segmentada da cultura e dos modos de vida, propiciando também a formulação de políticas públicas apropriadas a uma modificada compreensão do país e do mundo.

A complexidade do fato social do racismo exige toda a nossa atenção. Diante da constatação de que a universidade, de um modo geral, é elitista e com seus procedimentos e ritos de ingresso impede que muitas carreiras e profissões sejam perseguidas (e alcançadas) por parcelas consideráveis da população, são necessárias medidas democratizantes. Mas é preciso fazer avançar esse debate levando o diálogo até a raiz dos problemas que suscita.

Aristóteles de Paula Berino

Doutor em educação pela
Universidade Federal Fluminense,
professor do Instituto
Multidisciplinar da Universidade
Federal Rural do
Rio de Janeiro
E-mail: berino@ufrj.br